



PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

LGPD NO PODER JUDICIÁRIO

Produção:

Flávio Sousa de Andrade Junior - Estagiário da Biblioteca

Supervisão:

Rejane Maria Façanha de Albuquerque - Gestora da Biblioteca

BIBLIOTECA ADERBAL NUNES FREIRE - TRT7

06.21

ARTIGOS

1. A regulação do agir decisório disruptivo no judiciário brasileiro e a observância do princípio da precaução: juiz natural ou "juiz artificial"?

FERNANDES, Rafael Gonçalves; OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva. A regulação do agir decisório disruptivo no judiciário brasileiro e a observância do princípio da precaução: juiz natural ou "juiz artificial"?. **Revista Opinião Jurídica**, Fortaleza, v. 19, n. 30, p. 91, 20 jan. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/3446/1257>. Acesso em: 24 jun. 2021.

2. Quais Medidas o Judiciário pode Aplicar no Descumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais?

CARDOSO, Oscar Valente. **Quais Medidas o Judiciário pode Aplicar no Descumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais?** 2021. Disponível em: <https://ovcardoso.jusbrasil.com.br/artigos/1151929413/quais-medidas-o-judiciario-pode-aplicar-no-descumprimento-da-lei-geral-de-protecao-de-dados-pessoais>. Acesso em: 24 jun. 2021.

3. A Aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados no Judiciário: recomendação nº 73/2020 do conselho nacional de justiça.

CARDOSO, Oscar Valente. **A Aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados no Judiciário: recomendação nº 73/2020 do conselho nacional de justiça.** 2020. Disponível em: <https://ovcardoso.jusbrasil.com.br/artigos/917225251/a-aplicacao-da-lei-geral-de-protecao-de-dados-no-judiciario-recomendacao-n-73-2020-do-conselho-nacional-de-justica>. Acesso em: 24 jun. 2021.

NOTÍCIAS

1. Poder Judiciário aplica a primeira multa com base na LGPD.

XAVIER, Gustavo. **Poder Judiciário aplica a primeira multa com base na LGPD.** 2020. Disponível em: <https://jcm.adv.br/noticia/poder-judiciario-aplica-a-primeira-multa-com-base-na-lgpd/>. Acesso em: 24 jun. 2021.

2. CNJ apresenta ações para aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados.

REVISTA CONSULTOR JURÍDICO. **CNJ apresenta ações para aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados.** 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-mai-03/cnj-apresenta-acoes-aplicacao-lgpd>. Acesso em: 24 jun. 2021.

3. Para Martins, ação do Judiciário ajudará na efetivação dos direitos previstos na LGPD.

REVISTA CONSULTOR JURÍDICO. **Para Martins, ação do Judiciário ajudará na efetivação dos direitos previstos na LGPD.** 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-set-22/martins-acao-judiciario-ajudara-efetivacao-lgpd>. Acesso em: 24 jun. 2021.

4. Tribunais se adequam à LGPD.

MIGALHAS. **Tribunais se adequam à LGPD.** 2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/339525/tribunais-se-adequam-a-lgpd>. Acesso em: 28 jun. 2021.

TESES

1. O paradigma da sociedade da informação e a Lei Geral de Proteção de Dados: um estudo analítico dos desafios do poder judiciário no tratamento de dados processuais.

SANDRI, Gabriela Marson. **O paradigma da sociedade da informação e a Lei Geral de Proteção de Dados: um estudo analítico dos desafios do poder judiciário no tratamento de dados processuais.** 2020. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Jurídica, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí - Sc, 2020. Disponível em: [https://www.univali.br/Lists/TrabalhosMestrado/Attachments/2740/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Gabriela%20Marson%20Sandri_Dep%C3%B3sito%20\(16%2011%202020\).pdf](https://www.univali.br/Lists/TrabalhosMestrado/Attachments/2740/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Gabriela%20Marson%20Sandri_Dep%C3%B3sito%20(16%2011%202020).pdf). Acesso em: 24 jun. 2021.

MULTIMÍDIA

1. A aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no Cotidiano do Poder Judiciário e do STJ.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. A aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no Cotidiano do Poder Judiciário e do STJ. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 2020. (80 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uhLLtb2AINM>. Acesso em: 24 jun. 2021.

2. Principais Aspectos da LGPD no Poder Judiciário.

MINAS GERAIS. Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Principais Aspectos da LGPD no Poder Judiciário. Minas Gerais - MG: Ejef/Tjmg, 2020. (93 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-esprxqifQg>. Acesso em: 28 jun. 2021.

3. Webnário sobre os impactos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Poder Judiciário.

PORTO ALEGRE. Escola de Magistrados. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Webnário sobre os impactos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Poder Judiciário. Porto Alegre - RS: Emagis - TRF4, 2020. (284 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IUfcpNNSk3o>. Acesso em: 28 jun. 2021.

4. LGPD - 4º Painel – Lei Geral de Proteção de Dados e o Poder Judiciário.

BRASIL. Escola da AGU. Governo Federal Brasileiro. LGPD - 4º Painel – Lei Geral de Proteção de Dados e o Poder Judiciário. Brasília - DF: Escola da Agu, 2021. (210 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kbpwFDgUsyY>. Acesso em: 28 jun. 2021.

5. Aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados no judiciário.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados no judiciário. Brasília - DF: Superior Tribunal de Justiça, 2020. (7 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=caaU1a1wYOo>. Acesso em: 28 jun. 2021.

NORMATIVOS

1. Recomendação nº 73, de 20 de agosto de 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Recomendação nº 73, de 20 de agosto de 2020. Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário brasileiro a adoção de medidas preparatórias e ações iniciais para adequação às disposições contidas na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD. **Diário da Justiça Eletrônico**: Brasília, DF, n. 272, p. 09, 21 ago. 2020. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3432>. Acesso em: 24 jun. 2021.

2. Resolução nº 363, de 12 de janeiro de 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Resolução nº 363, de 12 de janeiro de 2021. Estabelece medidas para o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais a serem adotadas pelos tribunais. **Diário da Justiça Eletrônico**: Brasília, DF, n. 11, p. 02, 18 jan. 2021. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3668>. Acesso em: 24 jun. 2021.

3. Resolução do Órgão Especial nº 13, de 29 de abril de 2021

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (Ceará). Resolução do Órgão Especial nº 13, de 29 de abril de 2021. Institui a estrutura de governança responsável por implantar, acompanhar e garantir a execução da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018) no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, e dá outras providências. **Diário da Justiça Eletrônico**: Fortaleza, CE, n. 2599, p. 02, 29 abr. 2021. Disponível em: <https://esaj.tjce.jus.br/cdje/index.do>. Acesso: 28 jun. 2021.

LEGISLAÇÃO

1. Lei nº 13709, de 14 de agosto de 2018.

BRASIL. Lei nº 13709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).. Brasília, DF, 15 ago. 2018.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 28 jun. 2021.

Precisa de uma pesquisa sobre outra temática?

Envie uma mensagem para o WhatsApp Business da biblioteca com o assunto desejado e atenderemos sua solicitação.

Contato: **(85) 3388-9399**

Levantamento bibliográfico

LGPD e Direito do trabalho

1. Lei geral de proteção de dados aplicada pelos tribunais trabalhistas: a coleta de dados pelo Poder Judiciário e a colisão de princípios.

Referência: ARAÚJO, Bruna de Sá; LIMA, Luciana Lara Sena. Lei geral de proteção de dados aplicada pelos tribunais trabalhistas: a coleta de dados pelo poder judiciário e a colisão de princípios. **Revista do TST**, São Paulo, v. 86, n. 4, p. 67-82, out./dez. 2020. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/181610>. Acesso em: 16 mar. 2021.

2. A Lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD) e a exposição de dados sensíveis nas relações de trabalho.

Referência: SANTOS, Flávia Alcassa dos. A Lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD) e a exposição de dados sensíveis nas relações de trabalho. **Rev. do Trib. Reg. Trab. 10ª Região**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 145-151, 2020. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/182570>. Acesso em: 16 mar. 2021.

3. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e seus Reflexos nas Relações de Emprego.

Referência: OLIVEIRA, Késley Karinne Souza de. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e seus Reflexos nas Relações de Emprego**. 2020. Disponível em: <https://esaoabsp.jusbrasil.com.br/artigos/789519550/lei-geral-de-protecao-de-dados-pessoais-e-seus-reflexos-nas-relacoes-de-emprego>. Acesso em: 16 mar. 2021.

4. Impactos práticos da LGPD.

Referência: GÓES, Tatiane Franzzini de. **Impactos práticos da LGPD**. 2021. Disponível em: <https://tatianefranzzinigoes.jusbrasil.com.br/noticias/925079380/impactos-praticos-da-lgpd>. Acesso em: 16 mar. 2021

5. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o Direito do Trabalho.

Referência: CORREIA, Henrique; BOLDRIN, Paulo Henrique Martinucci. **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o Direito do Trabalho**. 2020. Disponível em: <https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2020/09/25/lei-geral-de-protecao-de-dados-lgpd-e-o-direito-trabalho/>. Acesso em: 16 mar. 2021.

6. A LGPD e os impactos sobre o tratamento de dados pessoais de Adolescentes nas Relações de Trabalho.

Referência: FREITAS, Bruna Sampaio Jardim. A LGPD e os impactos sobre o tratamento de dados pessoais de Adolescentes nas Relações de Trabalho. **Direito Unifacs: Debate Virtual**, Salvador, n. 246, p. 01-15, 2020. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/6962/4226>. Acesso em: 16 mar. 2021.

7. A lei geral de proteção de dados pessoais e seus impactos no direito do trabalho.

Referência: PAMPLONA FILHO, Rodolfo; CONI JUNIOR, Vicente Vasconcelos. A lei geral de proteção de dados pessoais e seus impactos no direito do trabalho. **Direito Unifacs: Debate Virtual**, Salvador, n. 249, p. 1-42, 2021. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/7108/4278>. Acesso em: 16 mar. 2021.

8. Os impactos da LGPD no Direito do Trabalho.

Referência: SILVA, Juliana Reis da; PROCÓPIO, Midiã Cristina. **Os impactos da LGPD no Direito do Trabalho**. 2020. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/334768/os-impactos-da-lgpd-no-direito-do-trabalho>. Acesso em: 16 mar. 2021.

9. Prometeu acorrentado, LGPD e Direito do trabalho.

Referência: KROT, Oscar. **Prometeu acorrentado, LGPD e Direito do trabalho**. 2020. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/85449/prometeu-acorrentado-lgpd-e-o-direito-do-trabalho>. Acesso em: 16 mar. 2021.

10. Da necessidade de conservação de dados pessoais dos trabalhadores no período pós-contratual.

Referência: SOUSA, Duarte Abrunhosa e; GONÇALVES, Rui Coimbra. Da necessidade de conservação de dados pessoais dos trabalhadores no período pós-contratual. **Revista de Direito do Trabalho e Seguridade Social**, São Paulo, v. 212, n. 46, p. 119-145, jul./ago. 2020.

11. A cultura de compliance em matéria de proteção de dados e sua adoção no âmbito laboral.

Referência: REIS, Beatriz de Felipe. A cultura de compliance em matéria de proteção de dados e sua adoção no âmbito laboral. **Revista de Direito do Trabalho e Seguridade Social**, São Paulo, v. 214, n. 46, p. 323-340, nov./dez. 2020.

Os artigos que não possuem um link de acesso para o documento em si, podem ser solicitados pelo email da biblioteca: biblioteca@trt7.jus.br

12. A lei geral de proteção de dados e as relações de trabalho: o compliance como alternativa.

Referência: MARCOLINO, Beatriz Aparecida; SILVEIRA, Daniel Barile da. A lei geral de proteção de dados e as relações de trabalho: o compliance como alternativa. **Revista Juris Uniletoledo**, Araçatuba, Sp, v. 05, n. 04, p. 206-224, nov./dez. 2020. Disponível em: <http://www.ojs.toledo.br/index.php/direito/article/view/3725/654>. Acesso em: 16 mar. 2021.

13. A Lei Geral de Proteção de Dados e seus impactos nas relações de trabalho.

Referência: PINHEIRO, Iuri; BOMFIM, Vólia. **A Lei Geral de Proteção de Dados e seus impactos nas relações de trabalho.** 2020. Disponível em: <http://trabalhoemdebate.com.br/artigo/detalhe/a-lei-geral-de-protecao-de-dados-e-seus-impactos-nas-relacoes-de-trabalho#:~:text=O%20art.,o%20tratamento%20de%20dados%20pessoais..> Acesso em: 16 mar. 2021

14. A proteção de dados do trabalhador: o direito do trabalho constitucionalizado e seu diálogo com o direito à privacidade.

Referência: ACCIOLY, Clara Lacerda. A proteção de dados do trabalhador: o direito do trabalho constitucionalizado e seu diálogo com o direito à privacidade. **Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília**, Brasília, v. 01, n. 15, p. 255-264, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/redunb/article/view/22429>. Acesso em: 16 mar. 2021.

Boa Leitura!

Assunto: LGPD e Direito do Trabalho.

Local de Pesquisa: JusBrasil; JusLaboris; JusNavigandi; Meu site Jurídico; Migalhas; Periódicos Científicos.

Estratégia de busca: “LGPD”AND “Justiça do trabalho” OR “Direito do trabalho”.

Filtro: Artigo.

Precisa de uma pesquisa sobre outra temática?

Encaminhe um e-mail com o assunto para a biblioteca e atenderemos sua solicitação. Nosso e-mail: biblioteca@trt7.jus.br